

À Secretaria Executiva do CNRH.
Brasília DF.

Senhor Secretário,

Como representante dos Irrigantes no CNRH, solicito dessa Secretaria incluir na pauta do CNRH a discussão do termo “curso d’água”, com o objetivo de definir o seu real significado de acordo com as justificativas a seguir relatadas:

a) - Justificativas do Conselheiro Jairo Lousa.

Durante a apresentação sobre Irrigação no RS, proferida pelo Sr Valery Pugatch, representante do setor de irrigação na CTGRHT (Transfronteiriços), foi mencionado a impossibilidade dos irrigantes de arroz no RS cumprirem a Resolução 303/2002 do CONAMA , que trata das APPs (áreas de preservação permanentes), tendo em vista a interpretação do termo “curso d’água”. Está sendo exigido dos irrigantes no RS, o reflorestamento das margens ao longo dos canais de irrigação, como se os canais fossem cursos d’água, o que, de acordo com nossa interpretação não é.

Canal de irrigação é canal de condução de água, construído artificialmente, com cálculos através de área sem vegetação e seca, sem talvegue natural e que para exercer sua função, conduzir água em grandes distancias de uma área a outra, com vazão calculada e baixa velocidade da água. O canal necessita de constante manutenção no seu leito e margens. Essa manutenção é feita com máquinas. As máquinas percorrem suas margens, roçando, retirando excesso de sedimentos e vegetação para manter a velocidade e vazão corretas. O termo, como outros como “ topo de morro “ e “ linha cumeada “ constantes da mesma Resolução estão sendo definidos pelo CONAMA. Como “curso d’água e “canal de drenagem” refere-se a Recursos hídricos e canal de irrigação também, creio ser da competência do CNRH defini-los. Convém lembrar que existem outros termos que freqüentemente aparecem, como por exemplo “vazão sanitária”, muito utilizado pelos “barrageiros”, cujo significado não é muito explicado. Ressaltamos que talvez outros termos possam aparecer durante os debates e que necessitem de melhor definição.

Jairo Lousa
CNRH (Irrigantes)

b) Justificativas de Valery Pugatch.

Prezado Eng. Jairo Lousa :Representante dos Irrigantes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Na mais recente reunião do Egrégio Conselho, na data de 04/06/2008 em Brasília, nos foi dada a oportunidade de apresentarmos as “*Ações Proativas dos Irrigantes no Estado do Rio Grande do Sul*”. Na ocasião fizemos um relato de nossa participação nos processos de Licenciamento Ambiental, Outorga do Uso da Água, participação direta nos Comitês de Bacias Hidrográficas, e ações dos Comitês de Bacias voltadas para a resolução de demandas oriundas da Irrigação. Além da distinção de vários produtores irrigantes que se destacaram nos seus empreendimentos nos aspectos ambientais e de gestão de recursos hídricos.

O Rio Grande do Sul produz nesta safra 2007/2008 em torno de 7,5 milhões de toneladas de arroz irrigado. A produção nacional é de aproximadamente 12 milhões de toneladas, o que nos eleva à condição de produzir mais de 60% de toda a produção de arroz brasileira. São irrigados anualmente Um Milhão de hectares, por cerca de 13.000 produtores irrigantes.

Elegemos já no ano de 2004 um Planejamento Estratégico do Setor, definindo aproximadamente 60 metas, de curto, médio e longo prazos, das quais parte considerável foi já realizada.

Por outro lado, a legislação em vigor nos remete para além do licenciamento ambiental e da outorga, itens que já cumprimos na maior parte, como dito. O Código Florestal – Lei Federal 4771-1965, e as Resoluções do CONAMA, em especial a de nº 303/2002, inserem as Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos d’água.

Foi solicitado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias, reunido em Foz do Iguaçu, PR, em outubro de 2007, a formação de grupo de trabalho no CNRH e CONAMA no sentido de flexibilizar aos Comitês de Bacias a fixação dos limites das APPs dos cursos d’água de acordo com as várias regiões do País, nas quais existem biomas extremamente diferenciados, tais como os da Região Amazônica, Nordeste, e Região Sul. A Resolução CONAMA 302/2002, que fixa parâmetros de APPs para reservatórios e açudagem já prevê algo nesse sentido.

Por outro lado, embora que tenhamos na legislação parâmetros fixados, nos falta uma definição precisa de “**Curso D’água**”. As resoluções CONAMA e o Código Florestal fixam as APPs “**ao longo dos cursos d’água**” mas acabam não definindo o que seja realmente Curso D’água. Existem Glossários afixados às Normas e também definições de outros organismos ligados ao tema, que trazem conceitos e definições de Corpo D’água, de Rio, de Arroio, de Sanga. Mas não é definido Curso D’água.

Com isso, temos algumas decisões na esfera judicial que estão classificando os **Canais de Irrigação como cursos d’água**. Se levarmos em conta as, seguramente, centenas de milhares de quilômetros de canais de irrigação que são utilizados em nosso Estado, e de resto na totalidade do País, teremos um caos implantado em curto espaço de tempo, pois se houver necessidade de cumprirmos APPs ao longo dos canais de Irrigação, as áreas cultivadas e irrigadas sofrerão um decréscimo considerável, trazendo com isso uma elevação de custos, aumento de preços dos produtos que são frutos da irrigação, além é claro de uma oferta de alimentos à população bem abaixo do normalmente oferecido.

Da mesma forma, e no sentido contrário, se quisermos aumentar essa oferta de produtos há que aumentarmos a oferta de água, insumo básico. Existe a dificuldade, que é crescente, da implantação de novos açudes para irrigação, em função justamente das áreas de APPs que seriam suprimidas com a construção dos novos reservatórios, ao longo dos cursos d'água. A grande maioria dos açudes para irrigação constitui-se de pequenos açudes, se compararmos com as grandes e médias barragens existentes no País. Na sua quase totalidade, inclusive, não intervêm em corpos d'água perenes, constituindo-se em interveniências em talvegues que só fluem quando da ocorrência de chuvas e que não são, portanto, cursos d'água.

De acordo com manifestações técnicas já recebidas, o termo “Curso D'água” refere-se, em primeira análise, **à gênese natural do talvegue**. Exclui-se portanto nesse caso as intervenções artificiais como canais de irrigação e drenagem. Também há que existir pelo menos uma nascente, condição necessária para a formação de curso d'água. Igualmente, há que considerarmos o tamanho da área de contribuição do talvegue. Áreas diminutas somente contribuirão para a formação de corpos d'água intermitentes, condição que consideramos excluída da definição.

De posse dessas considerações é que solicitamos a Vossa Senhoria sua interveniência no sentido de propor ao CNRH a definição do termo Curso D'água, justamente para dissiparmos as dúvidas existentes sobre o tema.

Desde já somos muito gratos por sua valiosa atenção.

Porto Alegre, 12 de junho de 2008.

Valery Pugatch

Representante dos Irrigantes na Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos
Transfronteiriços do CNRH
Coordenador da Comissão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Instituto Rio
Grandense do Arroz
Presidente da Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria do
CONSEMA-RS

.....